

LEI Nº 1.388/ 2025

**INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE  
EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO  
INTEGRAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACAPARANA, ESTADO DE PERNAMBUCO**, no uso de suas atribuições legais, faz saber à Câmara de Vereadores de Macaparana, apreciou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituída a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, com respaldo na Lei nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação – PNE), e em consonância com a Lei nº 9.394/1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e com a Lei Federal nº 14.640/2023 (institui o Programa Escola em Tempo Integral), com o objetivo de consolidar, expandir e aprimorar a oferta de educação em tempo integral na Rede Pública Municipal de Ensino.

**Art. 2º** São finalidades da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral:

**I** – Assegurar a progressiva ampliação do tempo de permanência na escola para, no mínimo, 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, podendo expandir essa jornada para o padrão de 8 (oito) a 9 (nove) horas diárias, em consonância com as diretrizes do Plano Municipal de Educação (PME);

**II** – Promover o desenvolvimento integral dos estudantes, em suas dimensões cognitiva, física, social, emocional, psicossocial, ética, ambiental, política, econômica e cultural da cidadania;

**III** – Articular, apoiar e dar suporte à oferta e expansão do ensino em tempo integral para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental;

**IV** – Coordenar, acompanhar e monitorar a atuação das unidades de ensino integral;

**V** – Promover a articulação intersetorial dos projetos e ações com outras secretarias e órgãos municipais, fortalecendo as estratégias de integração;

**VI** – Priorizar, na expansão da oferta, as escolas e os estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica e com indicadores de aprendizagem que demandem maior atenção, garantindo a equidade no acesso;



**VII -** Acompanhar, monitorar e avaliar a Política, visando à melhoria contínua dos indicadores de qualidade e proficiência da Rede Municipal de Ensino, incluindo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

**Art. 3º** A educação em tempo integral no município será implementada na perspectiva da educação integral, com a articulação das atividades pedagógicas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Base Nacional Comum Curricular de Computação (BNCC Computação) e de, no mínimo, 4 (quatro) dos seguintes eixos formativos:

**I -** Acompanhamento pedagógico/orientação de estudos (obrigatório);

**II -** Esportes e lazer;

**III -** Memória, cultura e artes;

**IV -** História das comunidades tradicionais;

**V -** Formação em direitos humanos e cidadania;

**VI -** Promoção da saúde e bem-estar;

**VII -** Educação ambiental e desenvolvimento sustentável;

**VIII -** Comunicação, uso das mídias e cultura digital e tecnológica;

**IX -** Agroecologia e iniciação científica;

**X -** Projeto de vida, protagonismo infantojuvenil e Educação Financeira.

**Art. 4º** As matrizes curriculares da Educação em Tempo Integral deverão ser compostas de forma a garantir a integração e complementaridade entre os componentes curriculares, conforme as diretrizes pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação, observando-se o disposto no art. 9º da Resolução Municipal nº 001/2023 ou outra que vier a substituí-la.

**Art. 5º** A avaliação do desempenho dos estudantes nas unidades de ensino em tempo integral deverá ser contínua e processual, com foco no desenvolvimento integral e na articulação entre os componentes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as atividades do contraturno, conforme as normas pertinentes.

**Art. 6º** As despesas decorrentes da execução desta Política correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do Município e das transferências de recursos federais específicos destinados ao programa, conforme as normas federais e os planos de ação aprovados.



**Art. 7º** A estrutura funcional da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral será composta por:

**I** - Gestores;

**II** - Coordenadores de Gestão Pedagógica;

**III** - Coordenadores de Gestão de Organização Escolar;

**IV** - Coordenadores de Projetos, Avaliação e Monitoramento.

**Parágrafo único.** A alocação de pessoal docente para as atividades do contraturno respeitará os critérios estabelecidos no art. 14 da Resolução Municipal nº 001/2023 ou em outra que vier a substituí-la.

**Art. 8º** Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, por meio de Decreto, mecanismos de incentivo, valorização e desenvolvimento profissional para os servidores que atuam em regime de dedicação exclusiva nas escolas de tempo integral, mediante critérios a serem definidos em ato próprio do Executivo Municipal.

**Parágrafo Único.** As despesas decorrentes da implantação dos mecanismos de incentivo de que trata o caput, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, respeitadas as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 9º** Compete ao Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Educação, no âmbito da implementação desta Política:

**I** - Submeter a presente Política de Educação em Tempo Integral à aprovação do Conselho Municipal de Educação, em conformidade com o art. 6º da Portaria MEC nº 1.495/ 2023, e as diretrizes do Ministério da Educação;

**II** - Elaborar e executar um Plano de Ação com projetos, estratégias e cronogramas para a implementação do programa, conforme o disposto no art. 7º do Decreto Municipal nº 1.327/ 2023;

**III** - Assegurar a adequação e ampliação da infraestrutura física das unidades escolares, garantindo espaços apropriados, como refeitórios, cozinhas, banheiros e salas multiuso, respeitando as normas de acessibilidade;

**IV** - Garantir o provimento contínuo de recursos humanos (docentes e de apoio), materiais pedagógicos, equipamentos tecnológicos e insumos essenciais à qualidade do programa;

**V** - Assegurar a alimentação escolar de forma a atender às necessidades nutricionais dos estudantes, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e com as normas municipais pertinentes.

**Art. 10.** O Poder Executivo deverá promover ações permanentes de comunicação contínua com as famílias e a comunidade escolar sobre a implementação e os benefícios da Política de Educação Integral em Tempo Integral, bem como garantir a participação da comunidade no acompanhamento e avaliação do programa.

**Art. 11.** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei, de forma complementar, no que couber.

**Art. 12.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Macaparana, 19 de novembro de 2025.



**PAULO BARBOSA DA SILVA**  
- Prefeito Municipal -